

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ**  
**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2025**

**I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **001 – ADVOGADO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 003/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ.

**II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## **Questão 06**

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A vírgula separa a oração subordinada adverbial "Assim como uma rodovia com interrupções altera o tráfego em uma região" da principal, como determina a norma para orações adverbiais antepostas.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 14

**Improcedem as alegações do recorrente.**

O art. 4º da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais, e entre eles estão:

Independência nacional (inciso I)

Autodeterminação dos povos (inciso III)

Repúdio ao terrorismo e ao racismo (inciso VIII)

Já o acolhimento de refugiados, embora seja uma prática humanitária adotada pelo Brasil e prevista em legislação infraconstitucional (como a Lei nº 9.474/1997, que define mecanismos para a concessão de refúgio), não está listado expressamente como um princípio no art. 4º da CF.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 16

**Improcedem as alegações do recorrente.**

**Calculamos o total de alunos:**

$$5 + 8 + 12 + 7 + 3 = 35 \text{ alunos.}$$

**Calculamos a soma das idades:**

$$(18 \times 5) + (19 \times 8) + (20 \times 12) + (21 \times 7) + (22 \times 3).$$

$$90 + 152 + 240 + 147 + 66 = 695.$$

**Calculamos a média de idade:**

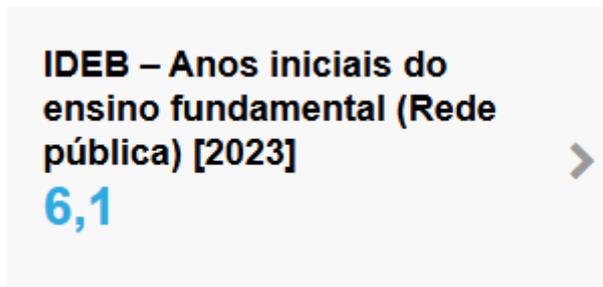
$$\frac{695}{35} = 19,857 \approx 20,0 \text{ anos.}$$

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.



De acordo com o IBGE, o único item correto é aquele que menciona “6,1.”

FONTE: IBGE - Cidades. Tianguá (CE).

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/tiangua/panorama>

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

No federalismo brasileiro, a existência de competências concorrentes, onde a União fixa normas gerais e os Estados suplementam sem contrariar a lei federal, é uma característica essencial para preservar a distribuição de competências.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 27

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A intervenção estatal na propriedade privada deve se pautar na motivação, proporcionalidade e razoabilidade, assegurando que qualquer limitação seja devidamente justificada e fundamentada.

Indicação do Conteúdo Base: Seção "Intervenção do Estado e Desapropriação", Cap. VII.  
Referências: Di Pietro, M. S. Z. (2008); Bandeira de Mello, C. A. (2003).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 29

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A completa motivação é fundamental para a validade dos atos administrativos, evidenciando os motivos determinantes e permitindo o controle de legalidade e razoabilidade.

Indicação do Conteúdo Base: Seção "Teoria dos Atos Administrativos", Cap. IV.  
Referências: Di Pietro, M. S. Z. (2008); Meirelles, H. L. (2017).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 40

**Improcedem as alegações do recorrente.**

A alternativa D apresenta a interpretação mais adequada, pois reconhece que, no âmbito do processo judicial tributário, instrumentos como a ADPF e medidas cautelares podem ser utilizados para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Essa suspensão é necessária para prevenir a efetivação de cobranças que possam violar preceitos fundamentais da Constituição enquanto a controvérsia sobre a constitucionalidade do lançamento é analisada. Tal postura assegura a proteção de direitos constitucionais do contribuinte e a integridade do processo de cobrança fiscal. As demais alternativas contêm incorreções, seja ao afirmar a imutabilidade do lançamento fiscal ou restringir indevidamente o uso de mecanismos de proteção constitucional.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 17 de junho de 2025.

**INSTITUTO CONSULPAM**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ**  
**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2025**

**I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **002 – PROCURADOR MUNICIPAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 003/2025 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ.

**II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## **Questão 03**

**Improcedem as alegações do recorrente.**

O único item correto é aquele que menciona “Preposição.” Dessa forma, mantem-se o item.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 07

**Improcedem as alegações do recorrente.**

Só existe uma resposta correta, sendo a que apresenta “A expectativa de vida aumentou, o que pode contribuir para uma percepção mais tardia do início da velhice.”

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 26

**Improcedem as alegações do recorrente.**

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988: o único item correto é aquele que remete ao Art. 83, que menciona “O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.”

Os demais de acordo com CF estão errados.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 27

**Improcedem as alegações do recorrente.**

“c) Princípio da impessoalidade”: O texto fala exatamente sobre a imputação da conduta do agente ao Estado, ou seja, destaca a ideia de que o agente público age em nome da Administração Pública, e não de forma pessoal. Logo, a alternativa está correta.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 29

**Improcedem as alegações do recorrente.**

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, no 2º: Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, é que corresponde aos Contratos Administrativos.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 32

**Improcedem as alegações do recorrente.**

O único item correto é aquele que menciona “Apenas a sentença II e III estão corretas”  
Dessa forma, a questão permanece.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 38

**Improcedem as alegações do recorrente.**

"Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos." É a correto, essa alternativa está em conformidade com o art. 149-A da Constituição Federal, que autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituírem contribuição de melhoria para custear serviços de iluminação pública e outros serviços de segurança pública, como monitoramento de logradouros. Essa contribuição é uma forma de custeio de serviços públicos, especificamente os que beneficiam diretamente a coletividade.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 39

**Improcedem as alegações do recorrente.**

Sentença I – está correta: “O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.” De acordo com o Art. 147 do CTN – trata do lançamento por declaração. O lançamento por declaração ocorre quando o próprio contribuinte (ou um terceiro) fornece informações à Administração Tributária, e com base nessas informações o Fisco calcula e formaliza o crédito tributário.

É um dos tipos de lançamento tributário (além do lançamento de ofício e o lançamento por homologação).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que **“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”**

Publique-se,

Fortaleza – CE, 17 de junho de 2025.

**INSTITUTO CONSULPAM**